

CAPA

Otávio Azevedo
e Marcelo
Odebrecht
presos. Era
necessário?

VALE PARA TODOS OU VALE TUDO?

O COMBATE À CORRUPÇÃO NÃO PODE LEVAR
À DESTRUIÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

por FABIO SERAPIÃO E SERGIO LIRIO



NESSE CURTO PERÍODO de três décadas desde o fim da ditadura, nenhum episódio da vida político-policial-econômica do Brasil expôs tão claramente os dilemas civilizatórios do País. Entende-se o cansaço com a corrupção recorrente e a impunidade notória que marcam a nossa história. À exceção dos próprios envolvidos, não se encontrará um único brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, que não deseje a punição exemplar de quem desviou dinheiros dos cofres públicos, ainda mais na magnitude das pilantragens na Petrobras, a maior e mais importante empresa nacional. Tem sido difícil, porém, distinguir os nobres objetivos de depuração das instituições de inconfessáveis interesses que enxergam na Operação La-

va Jato uma oportunidade para destruir os adversários políticos e retomar o controle do Estado a qualquer custo, nem que o preço a pagar seja a quebra da economia e a desordem institucional.

Embora o juiz Sérgio Moro, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal garantam agir sem viés partidário ou ideológico, as prisões dos executivos das construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez, apesar de as empreiteiras contribuírem com as investigações e a inexistência de riscos de fuga dos envolvidos, prestaram-se mais à confusão do que ao esclarecimento dos fatos. A prisão de Odebrecht e Otávio Azevedo, presidentes das duas maiores construtoras nativas, na sexta-feira 19 foi o estopim de uma onda de factoides na mídia

que mirava o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff. Alimentada por inverdades e notícias enviesadas, a escalada obrigaria o próprio Moro, na quinta 25, a tentar controlar a histeria coletiva depois de um cidadão oportunista ingressar com um habeas corpus preventivo a favor do ex-presidente. Diante da repercussão, o juiz soltou uma nota oficial na qual nega que Lula seja alvo da operação. “A fim de afastar polêmicas desnecessárias”, escreveu Moro. “Informa-se, por oportuno, que não existe, perante este Juízo, qualquer investigação em curso relativamente a condutas do exmo. ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.”

Existem muitas forças empenhadas em seduzir Moro a favor de suas causas.

Paparicam o magistrado na expectativa de que ele se deslumbre e sirva de instrumento para seus objetivos. Pergunta-se se o juiz não deveria se resguardar mais. Talvez um bom passo seria manter um recomendado distanciamento dessa fase da investigação, pois caberá a ele julgar, a partir do embate entre os argumentos da acusação e da defesa. Moro insiste que tem observado essa regra elementar, mas quer impedir que as companhias envolvidas no escândalo, nenhuma delas com executivos sequer condenados em primeira instância, participem de licitações de obras públicas não parece razoável. Nos países ditos desenvolvidos, empresas não são punidas, seus dirigentes e funcionários eventualmente. Colocar em risco não só os empregos nessa cadeia de negócios, mas o funcionamento da economia em geral e a credibilidade internacional do País, faria parte da missão de punir exemplarmente a corrupção? Um ato dependeria do outro?

Provavelmente, não. De qualquer forma, desde novembro de 2014, após a fase chamada de Juízo Final, os investigadores perseguem as provas da existência do cartel. Naquele momento, a Polícia Federal encontrou uma série de planilhas na sede da Engevix. Apontada pelos delatores como uma das integrantes do cartel, cuja existência foi posteriormente confirmada pelo seu próprio presidente, Gerson Almada, a construtora armazenava documentos com detalhes das reuniões do “clube”. À época, os investigadores comemoraram a apreensão por se tratar de uma prova capaz de materializar o crime do cartel.

Nas anotações, dezenas de licitações da Petrobras, incluídas as refinarias Abreu e Lima e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, estavam distribuídas entre empreiteiras representadas pelas suas siglas. As obras eram divididas entre aquelas que tinham “prioridade” e que



Moro garante agir com isenção, mas certas ações beneficiam grupos específicos de interesse

RODOLFO BUHRER/REUTERS/LATINSTOCK E FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

CAPA

dariam “apoio”, ou seja, futuras vencedoras e as participantes cuja função seria apenas encobrir o esquema criminoso. As tabelas demonstravam a antecedência com a qual as companhias eram informadas sobre as decisões da Petrobras pelos diretores acusados de cobrar propina.

Como demonstra a representação assinada pelo delegado Eduardo Mauat, após analisar essas planilhas, o agente federal Wiligton Gabriel Pereira apontou a necessidade de compará-las a menções em depoimentos dos delatores, às auditorias enviadas pela Petrobras sobre as licitações citadas e às demais informações colhidas ao longo da Lava Jato. O resultado do trabalho de Pereira é o Relatório de Análise nº 135. No documento, o agente mapeia a ação do cartel em 15 certames da Abreu e Lima e 19 do Comperj. Pereira conseguiu delinear como o cartel atuou em cada disputa, da escolha dos vencedores ao pagamento da propina. Em seu despacho de autorização das prisões da Erga Omnes (vale para todos, em latim), Moro lembra que o cartel e a participação do alto escalão das empreiteiras foram revelados pela primeira vez por Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento.

A versão inaugural foi confirmada por outros delatores: o doleiro Alberto Youssef, o gerente de Engenharia Pedro Barusco, o dirigente da Setal Óleo e Gás, Augusto Mendonça, o operador de propina Julio Camargo e por Dalton Avancini, da Camargo Corrêa. Almada, da Engevix, detentora das planilhas, confirmou o cartel mesmo sem optar pela delação premiada. No caso de Barusco, lembrou o juiz, foram apresentados os recibos dos depósitos supostamente efetuados pelas empresas em suas contas no exterior e uma tabela de obras fraudadas com suas respectivas propinas elencadas. O executivo da Camargo Corrêa apresen-

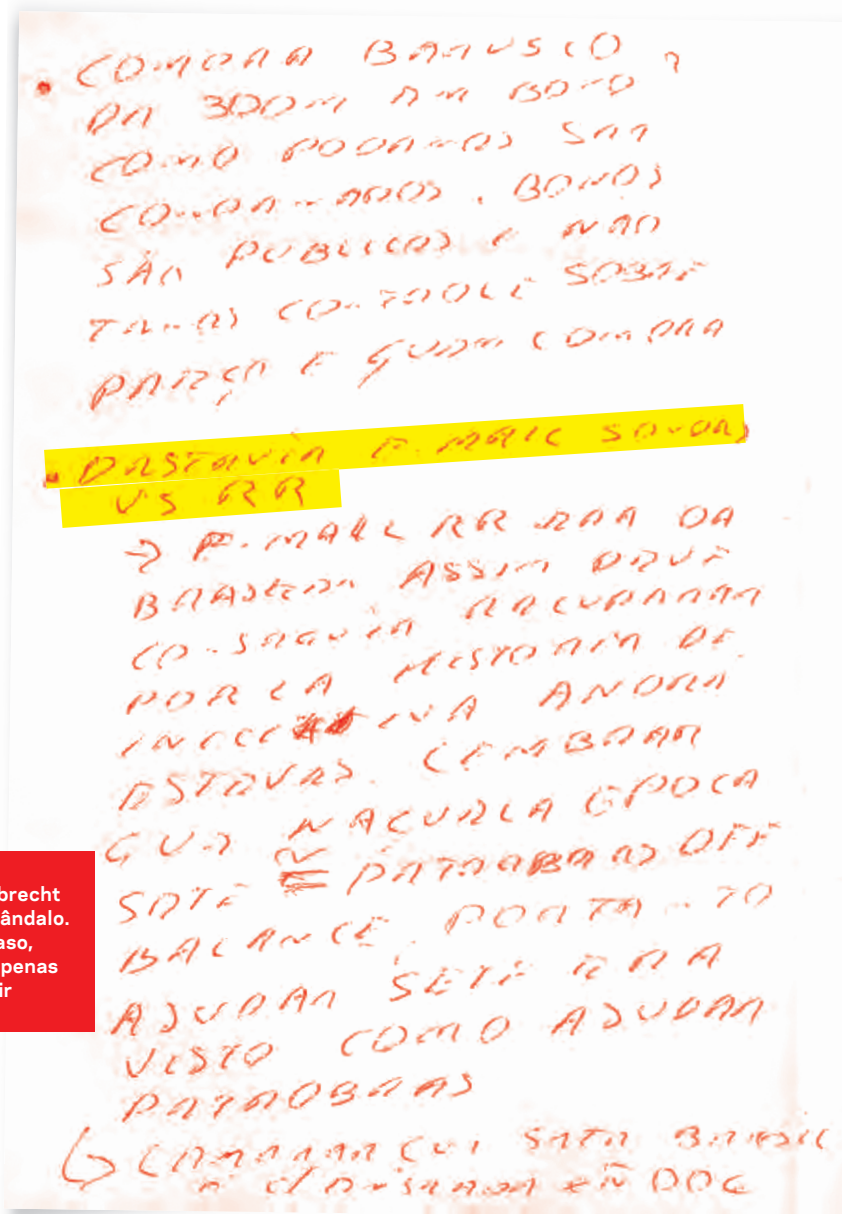
tou cópia de e-mail de convocação de um encontro entre integrantes do cartel. Já Augusto Mendonça entregou as supostas regras, em forma de “campeonato de futebol”, norteadoras do “clube”.

Após o cruzamento das informações, o relatório da PF lista ao menos três obras nas quais as licitações atreladas nas planilhas da Engevix à Odebrecht realmente foram vencidas pela construtora e com

a participação de outras integrantes do cartel na disputa. Sobre a Andrade Gutierrez, ao menos uma disputa foi elencada no laudo. Confirmada, para a PF, a participação das empresas no cartel, o delegado Mauat perfilou os integrantes das construtoras envolvidos na trama e as estruturas financeiras utilizadas para escoar o pagamento de propina. No caso da Odebrecht, foram utilizados e-mails

A FORÇA-TAREFA AFIRMA TER REUNIDO PROVAS SUFICIENTES DA ATUAÇÃO DO CARTEL DE EMPREITEIRAS

O bilhete de Odebrecht vendido como escândalo. Destruir, no caso, pode significar apenas desconstruir





MJ – SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DELEFIN/DRCOR/SR/DPF/PR

“cartel” o declarante cita a título exemplificativo a CAMARGO CORREA, a ANDRADE GUTIERREZ, a ODEBRECHT, a OAS, a QUEIROZ GALVÃO, a ENGEVIX, a IESA, a MENDES JUNIOR, a MPE, a SETAL, a SKANSKA, a UTC, a PROMON e a GALVÃO ENGENHARIA;

Ainda para a empresa **Galvão Engenharia**, representada por Erton Fonseca (Termo nº 5), em seu Termo nº 3 de 21/11/2014, Barusco identifica que **Shinko Nakandakari** é o agente operador para as comissões pagas pela empresa Galvão Engenharia, inclusive afirma que todos os pagamentos foram realizados em dinheiro.

Por parte da Petrobrás temos a informação de que o primeiro processo licitatório desta obra foi iniciado em 2008 (não consta data específica) e dado por encerrado em 30/04/2009, em razão dos preços excessivos apresentados pelos licitantes, já em 11/03/2009 foi solicitado a abertura de um novo processo licitatório (Convite 0634314.09-8), sendo enviado o convite para 15 empresas, destas conforme consta do Relatório da Comissão Licitante, em 07/05/2009 apenas três consórcios de empresas apresentaram documentação, sendo admitidas no processo licitatório, quais sejam: Consórcio Rnest-Conest (Odebrecht e OAS), Consórcio UDA-Rnest (Queiroz Galvão e Iesa) e Consórcio Conest (UTC e Engevix), as demais convidadas não apresentaram propostas, justificando-se, exceto Andrade Gutierrez, SOG e GDK que deixaram de comparecer e não se justificaram.

e documentos apreendidos com o diretor Rogério Araújo. O material foi obtido ainda na fase 7 da Lava Jato, quando a força-tarefa realizou uma busca e apreensão na sede da empresa e nos escritórios dos diretores Márcio Faria e Araújo.

Os e-mails em posse na PF, além de em-

basar o pedido de prisão de Marcelo Odebrecht, presidente da maior construtora do País, na visão dos investigadores, fortalecem ainda mais a tese da participação da empresa. Parte dos documentos aponta ainda que o

Confirma-se cada vez mais a tese do clube de construtoras

cartel teria iniciado, como afirmou Barusco, na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Na representação, a PF anexou documentos de 1999, 2001 e 2002. Além disso, ao contrapor as mensagens eletrônicas com os depoimentos dos delatores e dados sobre as visitas recebidas por ex-diretores da Petrobras, foi possível detalhar encontros e negociações relacionadas às obras provavelmente fraudadas.

Em relação a Marcelo Odebrecht, os investigadores utilizaram uma sequência de mensagens que tratariam de uma suposta negociação para superfaturar contratos de sondas. Marcelo daria o aval para os acertos. A construtora nega que o termo sobrepço, utilizado no e-mail, se relacione ao superfaturamento e à irregularidade nas contratações. Representa, diz em nota a empresa, “a remuneração contratual que a Odebrecht Óleo e Gás, como operadora de sondas, propôs

O PMDB NA ESPREITA

POR SERGIO LIRIO



Calheiros, Temer e Cunha: o ovo da serpente em gestação?

Manter-se por tanto tempo no consórcio do poder, independentemente da ideologia de quem o lidere, não dispensa um talento específico: a capacidade de perceber o momento oportuno para saltar do barco. Assim o PMDB tem trafegado, desde o fim da ditadura, por sucessivos governos. E assim a legenda pretende continuar firme no convés.

A mais nova onda de boatos em Brasília narra uma articulação peemedebista em busca de um plano B de sobrevivência. Ansioso com as novas prisões na Lava Jato e com seus principais próceres na linha de tiro da Procuradoria-Geral da República, o comando partidário, segundo as informações, consideraria a possibilidade de se unir à oposição mais radical em prol do impeachment de Dilma Rousseff. A ideia partiria da seguinte análise:

desalojar a presidenta e instalar o vice Michel Temer no Palácio do Planalto permitiria um maior controle sobre a Lava Jato e seus efeitos. Para os peemedebistas, Dilma não teria condições de fazer frente ao que consideram arbitrariedades cometidas na investigação. As reclamações partem principalmente de Eduardo Cunha, presidente da Câmara, e Renan Calheiros, do Senado, denunciados pela PGR.

Uma oportunidade surgiria de uma eventual rejeição das contas do governo de 2014, por causa das chamadas pedaladas fiscais. O Palácio do Planalto tem mais ou menos três semanas para fornecer as explicações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União (reportagem à pág. 24). Enquanto isso, o partido se alia à oposição em outros temas, a começar pela proposta de desmonte do modelo de partilha na exploração do pré-sal.



à Sete Brasil, e que compreende o reembolso do custo de operação e manutenção das sondas, acrescido de uma remuneração fixa sobre o referido custo”. Principais provas contra o executivo, as mensagens ainda motivaram atritos entre a empresa e a força-tarefa. Já preso, Odebrecht teria enviado um bilhete a seus advogados no qual solicita “destruir e-mail sonda”. Apreendido por um agente, o papel resultou em relatório enviado pelo delegado ao juiz federal na segunda 22.

Utilizado pelos investigadores para reforçar a necessidade da manutenção da prisão do empresário, o bilhete, segundo os advogados da Odebrecht, trata “de orientação para os diversos tópicos de esclarecimentos que serão prestados no habeas corpus a ser impetrado. Tanto que o título do bilhete é Pontos para o HC”. Ainda de acordo com a defesa, “além de não corresponder à conduta do executivo, nem faria sentido uma sugestão de se destruírem e-mails que foram apreendidos em operação realizada em novembro de 2014, amplamente periciados e tornados públicos”. De fato, uma contradição em si.

Outro atingido nessa fase da operação foi o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. Alvo de um inquérito no Superior Tribunal de Justiça, Cabral é citado em um e-mail que atrela a entrada da Odebrecht na disputa pela estação de tratamento de água do Comperj à sua atuação. Na mensagem eletrônica, Rogério Araújo, diretor da empreiteira, elenca os itens a, b e c relacionados à obra. No item c, Araújo cita que a “Petrobras\PR irá conversar com o governador sobre este novo arranjo com a participação da CNO”. Em complemento, entre parênteses, Araújo observa que “é importante o Sérgio Cabral ratificar (sic) e também definir o seu interlocutor neste assunto que atualmente junto à Petrobras e Mitiguel é o Eduardo Eugênio”.

Principal nome do PMDB fluminense, Cabral teria recebido, segundo o delator Costa, 30 milhões de reais oriundos de desvios no mesmo Comperj. Cabral nega ter participado de qualquer negociação.

No caso da Andrade Gutierrez, a situação é mais delicada. Apontado como um dos operadores na Petrobras, Fernando Soares, o Baiano, recebeu por meio de suas empresas, Hawk Eyes e Technis, grandes quantias da empreiteira. Não bastasse, o próprio presidente da empresa, Otávio de Azevedo, teria recebido 500 mil re-

ais do lobista. Os investigadores ainda mapearam os repasses da construtora e uma subsidiária, a Zagope, para uma conta controlada por Barusco e para outra, cujo titular é o operador Mário Góes. “Trata-se de prova significativa do envolvimento da empreiteira no crime de corrupção dos dirigentes da Petrobras, já que não há causa econômica lícita para a transferência entre a Phad e a Backspin, o que também indica a inidoneidade da transferência anterior entre a Zagope e a Phad Corporation”, afirma Moro.

Em nota, a empresa afirmou não participar “de qualquer cartel e que não existem fundamentos objetivos ou provas concretas que justifiquem as prisões”. Sobre o repasse de Baiano a Azevedo, a empreiteira explica tratar-se da venda de uma lancha. Em relação aos pagamentos efetuados à Rio Marine, de Góes, afirma serem fruto de serviços devidamente prestados.

O novo passo da Lava Jato deve alcançar o setor elétrico. Segundo Dalton Avancini, executivo da Camargo Corrêa que assinou acordo de delação premiada, o cartel teria atuado na Usina Hidrelétrica de Belo Monte e na nuclear Angra 3. Entre os citados, estão Adhemar Palocci, irmão do ex-ministro Antonio Palocci, e Othon Luiz Pinheiro da Silva, presidente da Eletronuclear, responsável pela usina nuclear no litoral fluminense. Tanto Palocci quanto seu ex-companheiro de Esplanada dos Ministérios José Dirceu, permanecem na mira dos investigadores.

Embora as diligências contra Dirceu estejam em fase mais avançada, a expectativa é de que novas delações e informações coletadas possibilitem ampla investida contra o núcleo de consultores na mira da força-tarefa. Os investigadores têm mapeado os contratos de consultorias das construtoras do cartel. Essas empresas, entende a força-tarefa, seriam dutos de escoamento da propina para agentes públicos. •